

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

**Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História**

***Livro didático X Produção acadêmica:
imagens e mitos da escravidão***

***Trabalho de monografia apresentado aos
Cursos de História da Universidade
Federal de Uberlândia, sob orientação do
Prof. Dr. Paulo Roberto Almeida como
exigência para a conclusão do curso***

Aluna: Sintia Denise Ribeiro – 3921486-2

Jan., 2000

2188
S. 961

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDH

Campus Sítio Monjolinho, Bloco 1Q (Antiga Biblioteca)

Av. Universitária S/Nº

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU

N.º 388/362

Data: 28/02/2000

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História

Banca

Índice

<i>Apresentação</i>	<i>01</i>
<i>As imagens da escravidão e o livro didático</i>	<i>07</i>
<i>Escravidão e produção acadêmica: uma constante revisão</i>	<i>27</i>
<i>Considerações finais</i>	<i>41</i>
<i>Bibliografia</i>	<i>45</i>

Apresentação

O trabalho aqui proposto, está direcionado ao processo educacional, mais especificamente 1º e 2º graus, à partir de uma crítica ao livro didático, que vem sido utilizado como principal, ou até mesmo única fonte de “pesquisa” dentro das salas de aula, não ficando excluídos deste todo os professores recém-formados, os já concursados pelo estado, e aqueles em formação.

Por que os livros didáticos com o perdão da palavra podem conforme notícia do Jornal Opção da cidade de Goiânia, com data de 23 de setembro publicou uma notícia comparando o livro didático, e o que é mais grave, o livro de história no primeiro e segundo grau pode ser comparado ao financiamento de uma droga? O jornal traz logo na capa a seguinte chamada com letras em tamanho bastante significativo: **O LIVRO DIDÁTICO QUE É UMA DROGA.** E continua : *“A qualidade do livro didático no Brasil sempre foi ruim. Mas a coleção Estudos de História, publicada pela Editora da UFG e adotada pelo Ministério da Educação para alunos de 5ª à 8ª séries, chega a ser entorpecente, pois embota o cérebro”*¹

Considere interessante fazer esta citação à respeito de tal reportagem, para alargar a nossa reflexão e análise sobre a seguinte questão: Que tipo de historiadores estamos nos tornando? Para onde estamos levando o que aprendemos com a produção acadêmica?

Será que realmente chegamos a absorver algo? O que precisa ser revisto no ensino de história?

Por que estamos reproduzindo o livro didático, lendo e falando sobre ele como papagaios? Como uma Universidade Federal põe no mercado uma droga para ser

¹ José Maria e Silva - Jornal Opção, Goiânia 26 set 1999, “Escândalo na Educação”

consumida? Quais os critérios utilizados por um Ministério da Educação permite que algo dessa natureza chegue até às escolas?

Vejamos no comentário aqui citado a que ponto podemos chegar se não tivermos critérios para utilizar o livro didático ou até mesmo ao pensarmos um dia na possibilidade de produzirmos algo a ser utilizado por escolas de 1º e 2º graus. *“Como é que um docente universitário, com o respaldo da instituição em que leciona, consegue escrever quase 800 páginas de uma sofrível ficção infanto-juvenil e, ao cabo de todo esse esforço deletério, continua acreditando ter escrito uma obra-prima da historiografia universal”*²

Não pretendo neste trabalho responder à todas essas questões, tenho consciência que não conseguiria, afinal de contas passei vários anos absorvendo e reproduzindo o que ouvia, terei parte dos meus anseios satisfeitos se conseguir levantar ao menos reflexões e discussões sobre tais questões.

Compreendendo o curso de Licenciatura e Bacharelado em História, com tendências mais inclinadas a seguirmos na área de Licenciatura, percebemos essa discussão à cerca do livro didático de fundamental importância, para que ao sairmos da academia não nos peguemos repetindo a mesma prática desenvolvida nas salas de aula, que compreende desde o período da ditadura inaugurado por Castelo Branco em 1964, pois não se podia discutir nem refletir além do que o Estado permitisse devido à “ameaça comunista”, a qual invadia o país neste período indo contra os “princípios cristãos” aqui praticados, até os dias atuais, onde nos encontramos agindo e reproduzindo da mesma forma determinada há 35 anos atrás.

Onde está nossa consciência crítica? Onde está nossa capacidade de pensar e refletir criticamente uma vez que nos deixamos permanecer “amarrados ainda num passado

² Idem 1.

ditatorial”?

Contudo não cabe neste momento do tema aqui proposto entrarmos em maiores discussões relacionadas à ditadura versus livro didático. Trata-se apenas de uma contextualização, visto que os livros escolhidos para análise pertencem aos anos de ditadura como será citado na primeira parte deste trabalho. Tal fato compreenderia uma nova sugestão de trabalho acadêmico. A intenção consiste em evidenciar o fato de haver uma estrutura educacional intimamente comprometida à uma instituição governamental, embora tal questão de modo algum nos impeça de buscarmos fontes além do livro didático.

A problematização do nosso trabalho, não tem por objetivo apontar o livro didático como um grande vilão responsável pela má formação no sistema educacional, o intuito é levantar críticas da forma como determinadas questões são abordadas pelo livro, qual a visão que o livro tende a ocultar? Qual a intenção de quem o escreve? Qual interlocutor pretende atingir?

O livro didático pode e até diríamos deve ser utilizado, entretanto deve ser contraposto à documentos sugeridos por nós enquanto educadores, documentos os quais permitam nossos alunos atuarem de forma crítica e reflexiva. O intuito consiste em questionar o livro didático comparando-o ao que existe em termos de produção acadêmica. Além disso, é preciso nos basearmos em determinados critérios à fim de não elegermos as “drogas”, muito “pesadas” para distribuir aos nossos alunos. Os livros didáticos devem se restringir a função de referencial de tempo, já que ainda não tivemos a capacidade de produzir algo melhor. Às vezes nos envolvemos tanto em criticar e não nos perguntamos: “O que estamos fazendo para reverter esta situação?”

O livro didático não será por nós neste trabalho, questionado e/ou criticado em sua totalidade, elegemos um tema específico para fazer esta análise e contrapormos à produção acadêmica, na tentativa de tentarmos ao longo da pesquisa levantar sugestões de como um

determinado tema possa ser trabalhado.

No caso, o tema escolhido trata a questão escravidão-escravo (negro africano) nos livros didáticos, como a imagem do negro aparece neste contexto, quem é este negro nos livros e o que é a escravidão. Como a produção acadêmica se posiciona, de que forma essas duas visões se distanciam?

Para levantarmos reflexões com relação ao assunto, buscaremos abordar num primeiro momento as questões que envolvem exclusivamente o livro didático ao se referir sobre o processo escravista e inevitavelmente à imagem do negro, uma imagem que perpassa por uma visão sem dúvida carregada de um aspecto economicista, ou seja, o negro enquanto mercadoria, o negro como mola propulsora para o desenvolvimento de uma economia baseada na mão de obra escrava, leia-se não assalariada. Como o livro fala ao seu interlocutor, qual a idéia que ele transmite ao mesmo? Enfim, faremos um detalhamento dos livros didáticos.

Num segundo momento, a discussão por nós sugerida voltar-se-á especificamente à produção acadêmica, (que ao contrário do material didático de 1º e 2º grau, tendendo à uma visão meramente econômica do negro enquanto objeto de um sistema denominado escravista), busca resgatar o negro enquanto pessoa, inserido no seio de uma família, um negro que lutou e resistiu mediante uma condição à ele duramente imposta.

Num terceiro momento que implica as considerações gerais, faremos um apanhado do que foi discutido e tentaremos sugerir documentos alternativos para ser divulgado junto aos nossos alunos. Acreditamos à partir destas sugestões estreitar os laços entre academia e educação de 1º e 2º graus.

Antes disso gostaria de abrir um parêntese para dizer que os livros foram escolhidos de maneira aleatória, apenas a série foi intencional, preferi trabalhar com material da mesma série, não sei porque, mas assim se procedeu.

É angustiante nos depararmos com essas “obras” que estão por aí espalhadas nas escolas de 1º e 2º graus, uma história de causas e conseqüências, onde os fatos nem sempre apresentam possuir alguma relação, nem há necessidade, pois lê-se os textos em seguida responde-se o questionário que aparece no final de cada capítulo, basta ler, decorar e responder.

Não são poucos os problemas apresentados pelos livros didáticos, mas também não são muitas as lutas para reverter este quadro, embora houvesse esforço, ainda assim seria necessário muita persistência para se fazer algo melhor.

Seria necessário ter a consciência que um país melhor se faz com educação, e educação ao meu ver significa prepararmos sujeitos críticos, pensantes e reflexivos, e não robôs com capacidade de leitura apenas para responder questionários, mas com capacidade de leitura para se pensar criticamente à partir de reflexões sugeridas pelo material que chega até às suas mãos.

Que prazer pode ter um professor, que entra na sala de aula para reproduzir durante 50 minutos seguidos o livro didático, em dar aula? Se este “profissional” foi habilitado pela academia a exercer a função de historiador-professor, o que o faz apenas reproduzir o livro didático? Seriam as determinações governamentais? Como repensar este fato, criando mecanismos para se pensar criticamente, apesar dos livros didáticos serem em grande peso uma droga?

Como podemos fazer uma ponte entre o que há de material didático, com o que há na produção acadêmica à fim de contribuirmos para a formação de sujeitos mais críticos? Como podemos proceder à fim de não cairmos em repetições e meras reproduções? Como nos livrarmos das amarras do livro didático e nos tornarmos agentes históricos num trabalho desenvolvido juntamente com os nossos alunos? Como fazer com que eles se enxerguem no contexto histórico sem apelarmos à perguntas quase “idiotas”, que mais

parecem como na citação do jornal goiano ficção infanto-juvenil ?

A história por sua vez, felizmente não é dotada de fórmulas e conceitos, ela está em constante processo de formação, estamos muito distantes de chegar a uma verdade absoluta, também não é esta a sua intenção, se assim o fosse a história perderia o seu próprio rumo e sentido. Trata-se de uma disciplina, quando nos referimos à questão da Licenciatura, voltada ao desenvolvimento do processo crítico e reflexivo do sujeito histórico, o qual muitas vezes nem se percebe neste todo.

Nossa responsabilidade enquanto recém-formados da academia se estende em começar a implantar uma nova maneira de se trabalhar juntamente ao 1º e 2º grau, temos o dever de estreitar os laços entre estes e a academia. O 3º grau não pode nem deve funcionar como um setor independente das escolas de primeiro e segundo grau, precisamos nos perceber como extensão destes níveis e começarmos a preparar sujeitos mais críticos, pois se conseguirmos atuar na “mentalidade”³ destes alunos que estão sob a nossa responsabilidade, com certeza estaremos lançando no mercado indivíduos mais conscientes, melhor educados e quem sabe, dispostos a lutar por um país também melhor, pois é mudando a mente das pessoas que se muda a cultura, e para mudar mente e cultura é preciso educação. Nosso papel portanto é de fundamental importância.

Assim retomemos à questão: “Quem fala, a quem se fala, qual a intenção com que se fala?

³ Ver LE GOFF, Jacques “*A História das Mentalidades*” In.: *A HISTÓRIA NOVA* 2ª edição brasileira- fevereiro de 1993

As imagens da escravidão e o livro didático

Após a apresentação do trabalho, tentaremos detalhar um pouco mais o livro didático, esmiuçando o tema eleito para pesquisa.

Nosso trabalho pretende discutir como o livro didático aborda o tema da escravidão, e onde está situado o negro neste contexto histórico, como o livro didático percebe o negro neste todo, utilizando assim toda e qualquer fonte objetiva ou oculta que o material pesquisado nos ofereça. Estamos nos referindo à linguagem escrita e não escrita (fotografias e desenhos), importantes e indispensáveis documentos para o decorrer do trabalho.

Para que o trabalho possa se desenvolver trabalharemos à partir da análise de quatro livros didáticos de “História do Brasil”, todos direcionados à 5ª série do 1º grau, ressaltando que, dois são idênticos servindo apenas como modo de fazermos uma comparação, mostrando que apesar de ter mudado a capa, que implica uma forma de documentação não escrita, e embora sugerindo uma nova edição, o conteúdo permanece o mesmo, sem acrescentar uma vírgula a mais.

Os livros de História do Brasil, selecionados para o vigente trabalho pertencem respectivamente aos seguintes autores:

___ DANTAS, José “HISTÓRIA DO BRASIL”, Dos habitantes primitivos à Independência. (Ed. Moderna 1984 - fim do militarismo)

___ SANTOS, Maria Januária, HISTÓRIA DO BRASIL, (16ª edição - Ed Ática, 1982)

___ SILVA E, HISTÓRIA DO BRASIL (1975, 160 p ilustr.)

De um modo geral, todos citam a escravidão de maneira superficial, como uma forma de trabalho instituída nas lavouras da cana-de-açúcar, essa superficialidade não se

estende à abordagem mais detalhada da própria imagem do negro arrancado de suas raízes, de sua cultura para se tornar escravo no Brasil, tudo aparece de maneira gradativa e natural, como se não houvesse lutas nem resistência, o negro aparece como uma simples mercadoria que foi trazido passivamente para o Brasil. A escravidão em geral é explicada como força de trabalho não assalariada, ou seja o negro fica restrito à simples condição de uma coisa, um objeto dessa força de trabalho empregada nos canaviais.

Outro fato a ser colocado trata-se da maneira fragmentada que o tema da escravidão aparece nos livros didáticos, ou seja as citações sobre esse tema não aparecem de modo contínuo, aparece num capítulo, vinculado à um determinado assunto, depois reaparece num capítulo posterior, levando-nos dessa maneira a perceber um certo descaso dos autores ao tratar a questão da escravidão, já que este tema aparece jogado aqui e ali, fala-se de uma escravidão sem ressaltar a figura do negro.

No livro de José Dantas, o negro aparece como forma de comércio, comprado na África e vendido no Brasil como mercadoria, um investimento do senhor de engenho para produzir na lavoura da cana-de-açúcar, podemos encontrar essa referência no Capítulo 6, cujo título é “ A economia agrícola”, mais especificamente no subtítulo “Milhares de escravos trabalhavam no engenhos e nas lavouras de cana, de tabaco e de algodão”, onde o autor coloca que a mão-de-obra inicial nessas lavouras era o índio, e este por resistir devido à sua cultura ser diferente da cultura do branco, ser nômade e possuir uma cultura de subsistência, foi substituído pelo negro. Nessa história de causas e consequências, resultou devido à resistência no extermínio de grande parte da população indígena.

O negro aparece portanto, como uma solução urgente para o trabalho nas lavouras, onde o autor relata:

“Para resolver o problema da falta de trabalhadores nos engenhos, Portugal iniciou o comércio de africanos com o Brasil.

Assim a utilização do escravo africano foi a solução encontrada pelos senhores de engenho para resolver o problema da falta de trabalhadores na lavoura de cana e na fabricação de açúcar.

O africano, desse modo, tornou-se o principal trabalhador e sem ele, o senhor de engenho não podia viver.

Mas, o africano não se revoltava contra a escravidão imposta duramente pelo branco? O negro resistiu o máximo que pôde, mas terminou cedendo à violência dos brancos.”

Esse relato tende a demonstrar uma imagem do negro conformado com a sua condição de escravo, o autor não fala de suas lutas nem de seus mecanismos de resistência, apenas cita o Quilombo dos Palmares como uma tentativa de se organizarem, mas que logo fracassou, pois segundo as palavras do autor *“depois de tanta opressão do branco, o negro foi submetido pelo branco”*.

O assunto é resumidamente assim abordado, envolvendo às páginas 61 e 62 do capítulo, com uma pequena figura no canto esquerdo da página 62, explicando logo abaixo da figura que a imagem representa o comércio de negros escravos no Brasil.

É importante descrever os caracteres dos livros eleitos para análise. Vejamos, o livro de José Dantas nem tem nenhuma figura ou desenho na capa. Trata-se de uma capa discreta, na cor marrom escuro, com o título em ocre e o nome do autor com o volume em branco. Folheando esse objeto de estudo observamos que ele aparece com um número razoável de gravuras e não desenhos, gravuras que se assemelham à fotografias ou à pintura de alguma tela, além de mapa para que o leitor possa se localizar.

Embora o autor não se aprofunde em maiores discussões com relação ao sistema escravista e à condição do negro, as figuras que compõem o seu livro, mais especificamente no capítulo 14, sob o título “Formação da cultura brasileira” e subtítulo “A contribuição cultural do negro”, mostram o negro enquanto trabalhador escravo, ou seja são imagens que retratam o duro trabalho do escravo negro no engenho, acompanhado de má alimentação que segundo o autor resultava na baixa do índice de vida do negro.

Outra figura na mesma página, tende a demonstrar, de acordo com a intenção do autor, os violentos castigos corporais, que contribuíram para o elevado número de mortalidade dos negros. Enfim são estas as imagens que José Dantas utilizou num capítulo cujo subtítulo alerta: “A contribuição cultural do negro”. Um negro associado à um trabalho e à um sistema escravista, a imagem de um negro do passado, trazido apenas como mera e simples mão de obra das lavouras e engenhos.

O livro de Maria Januária Vilela Santos, “História do Brasil”, 5ª série, já nos induz logo na capa a perceber o seus encaminhamentos para uma história altamente positivista, basta olhar e ver que a capa do livro está condecorada com a imagem de Pedro Álvares Cabral, como sabemos essa maneira de ver e fazer história dificulta o senso crítico e reflexivo do seu interlocutor.

Folheando as páginas do livro, percebemos que a autora utiliza figuras similares às de uma história em quadrinhos, desenhos feitos à mão e transportados para o livro didático, muitas figuras têm também o aspecto de pintura, de uma tela de quadro.

Convém partimos agora para a análise do tema especificamente proposto nesse trabalho, vejamos como a respectiva autora aborda a questão da escravidão e do negro, como ela descreve tal fato ao seu leitor.

Quando a autora faz referências à imagem do negro e à escravidão, as mesmas permanecem restritas à mera condição de força de trabalho e modo de produção, que muito

contribuíram para o desenvolvimento do Brasil.

“O escravo africano teve um papel importantíssimo no processo de colonização do Brasil. Foi seu trabalho que possibilitou o desenvolvimento da lavoura e, mais tarde, da mineração.

Antes de iniciarem a ocupação do Brasil, os portugueses já negociavam escravos africanos em várias regiões da Europa. O comércio de escravos dava enormes lucros aos traficantes”. (página 70-71)

As imagens do negro são aqui designadas pelo livro didático, com a imagem do negro vítima de tráfico, vítima de caça, mercadoria humana, vítima de compra e venda, raça inferior, objeto e instrumento da escravidão.

Não se fala em processo de lutas e resistências, faz-se citações à respeito do Quilombo dos Palmares, mas sem o devido aprofundamento, em momento algum está escrito que tratou-se de um dos maiores, se não o maior movimento de luta e resistência dos negros contra a escravidão. Ficou no esquecimento que esta forma de movimento e organização dos negros, significou também todo um processo de resistência para manter vivo todo um modo de vida, toda uma cultura que foi brutalmente arrancada dos negros para transformá-los numa máquina de produtividade engajada num sistema chamado escravista.

“Em Palmares, os negros viviam em liberdade, plantando suas roças e fazendo seus móveis, suas casas e objetos de que precisavam, longe das ordens e dos castigos do senhor. Por isso, cada

vez mais escravos das regiões próximas fugiam para o quilombo. Os habitantes de Palmares também organizavam expedições para atacar as fazendas e libertar escravos". (pág. 72)

Trata-se de um modo simplista e superficial de perceber o intuito do quilombo. O negro não fugia só para viver em liberdade, os motivos os quais incentivaram a união em torno do quilombo está dotada de uma visão muito mais aprofundada.

Como já foi dito, trata-se de uma luta cotidiana para resistir ao trabalho escravo e resgatar o que lhes foi brutalmente arrancado, o seu modo de vida, a sua prática cultural, a sua condição de ser humano com dotada de hábitos que não se parecem nem um pouco com a de um objeto, de uma mercadoria à serviço do modo de produção escravista.

O quilombo representou um dos mais importantes focos de resistência do negro na luta pela sua sobrevivência, que implica em todo um modo de ser e viver.

Após o breve resumo e referência ao Quilombo dos Palmares, Maria Januária cita algumas contribuições do negro em nossa cultura como vocabulário, a religião (umbanda e candomblé) e a comida, ilustrado por figuras comemorativas sem possibilitar aos alunos a oportunidade para criticar e refletir sobre a condição do negro de escravo intimamente ligado ao processo de escravidão no Brasil. A visão que se tem é de uma história progressiva, talvez naturalista seria um termo melhor apropriado, ou seja as coisas aconteceram de maneira natural, porque tinha que ser assim e pronto. Trata-se de uma história linear e contínua. Foram escravos contribuíram para o desenvolvimento do Brasil, aceitara tudo passivamente, nem se importaram em ser arrancados do modo como viviam em se país de origem, até que um dia uma tal princesa Isabel declarou que todos os escravos à partir de 1888, estaria extinta a escravidão no Brasil.

Mas conforme poderemos verificar à partir da análise seguinte, tomando como

referência o livro de Marlene E Silva “História do Brasil”, 5ª série a maneira de ver e pensar a história não difere dos outros dois autores. A diferenciação só poderá ser percebida através da produção acadêmica, que infelizmente permanece restrita nas mãos de uma minoria que possui acesso à esta historiografia nas Universidades e o motivo pelo qual esta produção não chega às escolas de 1º e 2º graus fará parte da reflexão que aqui tentaremos explorar.

Após esta breve pausa continuemos à apresentação do terceiro e último livro didático escolhido para a realização deste trabalho.

O terceiro livro a ser citado pertence à autora Marlene E Silva, “História do Brasil”, como já foi dito referente à 5ª série.

Logo no primeiro capítulo entitulado Descobrimos o Passado a autora tenta explicar dar uma explicação conceitual do que vem a ser História, a qual não citarei, pois me referi ao primeiro capítulo para chamar a atenção que a autora está inclinada à elaborar conceitos que “expliquem” a história.

Vejamos à partir do tema proposto neste trabalho, de que forma o mesmo é trabalhado por Marlene E Silva, vejamos como o negro e a escravidão aparecem no decorrer de suas páginas.

O assunto é introduzido na página 48, capítulo 5, cujo título é “A Solução Canavieira”, onde a autora faz apontamentos das vantagens de cultivar o plantio da cana-de-açúcar no Brasil. Nesse sentido à autora se refere à escravidão como mão-de-obra não remunerada, e o negro um objeto dessa força de trabalho não remunerada.

“A mão-de-obra utilizada foi a escrava, por ser a mais barata. O escravo recebe somente o necessário para sua sobrevivência: abrigo e alimentação. Inicialmente, houve uma

tentativa de escravizar os indígenas. Contudo, essa medida foi impraticável, pois eles não estavam acostumados a uma vida sedentária e também não conheciam o trabalho agrícola mis organizado. Como Portugal, em suas colônias africanas, já usava mão-de-obra escrava negra e os africanos já estavam bem mais adaptados a um trabalho agrícola organizado, eles foram preferidos aos indígenas. Assim, os negros vieram substituir os índios na agricultura.” (pág. 51)

A figura do negro escravo é novamente evocada na página 66, onde o subtítulo que sugere o assunto a ser abordado é : “OS TRABALHADORES”. Nesse capítulo as ilustrações escolhidas pela autora designam a violência com que os negros eram tratados, porém o conteúdo aparece um pouco vazio, ou seja, cheio de lacunas fazendo com que as figuras que poderiam ser uma espécie de denúncia percam parte do seu valor.

Assim como os autores anteriores, despreza o Quilombo dos Palmares como forma de luta e resistência ao trabalho escravo e aos maus tratos os quais eram constantemente submetidos.

“Chegando ao Brasil, os negros eram desembarcados e vendidos em leilão aos fazendeiros. Levados para as fazendas, trabalhavam sem descanso. Muitas vezes eram marcados com ferro em brasa, como se fossem animais.

Os escravos domésticos tinham uma vida um pouco melhor do que aqueles que trabalhavam nas lavouras.

O feitor era encarregado de vigiá-los aplicar as punições. Os

negros eram açoitados caso roubassem alguma coisa ou tentassem fugir. Para buscar os negros que fugiam existia o capitão-do-mato, que ganhava pela captura do negro. Muitos eram trazidos de volta para as fazendas e outros eram mortos. Porém, os que conseguiam escapar organizavam-se em aldeias denominadas quilombos. Os mais famosos foram os Quilombos dos Palmares.” (pág. 67)

Trata-se de uma visão “normal”, natural da situação do negro, não há traços de contestação por parte da autora, segundo ela escreve tudo vai se procedendo “naturalmente”. O negro é resistente e mais adaptável que o índio, mais voltado à disciplinarização. Os quilombos só representavam uma tentativa de viver em liberdade. Onde está a possibilidade de levar o aluno a pensar e refletir criticamente?

Percebemos nos livros didáticos aqui propostos para análise a visão de uma história econômica privilegiada, um negro mercadoria.

“Os vendedores e compradores de africanos consideravam os negros uma raça inferior, que portanto, poderia ser subjugada por eles. Os traficantes vendiam os negros como se fossem apenas mercadorias; os compradores tratavam os escravos como objetos que lhes pertenciam e como simples instrumento de seus proprietários”⁴

Uma visão econômica, um negro mercadoria, uma raça inferior para fazer crescer e enriquecer toda uma sociedade feudal que empreendia a mão-de-obra escrava, não

⁴ SANTOS, Maria Januária Vilela, *História do Brasil, 5ª série, p. 80*

assalariada.

O relato de Maria Januária tende a demonstrar na autora, uma visão deturpada e talvez até nos arriscaríamos a dizer “eurocentrica”, na medida em que faz referências ao negro enquanto raça inferior, objeto e instrumento de um sistema escravista, ou seja implantação de mão-de-obra não remunerada.

*“É importante notar que o escravismo negro introduzido no Brasil nos primeiros anos da Colonização perdurou até os finais do século XIX. A abolição da escravatura só veio em 1888, com a Lei Áurea. Nesses aproximadamente trezentos e cinquenta anos de escravismo, o trabalho negro foi sempre o sustentáculo de nossos principais produtos: cana, mineração e café”.*⁵

Aqui dispensamos a leitura das entrelinhas, a imagem que a autora tem do processo negro escravo-escravismo está claramente posta sob o aspecto da história econômica. Aqui o negro não existe como pessoa, como ser humano, se restringe à condição de sustentáculo da sociedade e economia escravista.

José Dantas como adepto do marxismo leninismo, também privilegiou o campo da história econômica. Dessa maneira podemos deduzir, que dificilmente encontraremos nos livros didáticos uma outra visão que não seja a econômica.

Quando o negro é citado à partir de um outro referencial, como o cultural por exemplo, este aparece carregado de um termo preconceituoso onde aparece como um “contribuidor” para a formação da sociedade brasileira.

⁵ SILVA E. Marlene. História do Brasil, 5ª série, p. 68

*“As contribuições culturais dos negros são percebidas nas festas religiosas: candomblé (na Bahia), macumba (no Rio de Janeiro), xangô (no Nordeste). Na alimentação temos o pé-de-moleque, a cocada, o acarajé e o vatapá. Essa alimentação é mais comum nas áreas do Brasil onde a presença negra foi mais forte. É o caso de Salvador, Recife e São Luiz do Maranhão. A contribuição cultural do negro foi muito grande. Ela aparece: na música (o samba); nos instrumentos musicais (tambores, atabaques, cuica, berimbau e afoxé); nas danças (maracatus e quilombos) e em muitas outras manifestações folclóricas, como o carnaval”.*⁶

Frustrante tentativa de abordar outros campos da história, porém o autor nem se preocuparia, pois privilegiar a cultural não faz parte de sua metodologia de trabalho.

A produção acadêmica está muito distante do que há nos livros de primeiro e segundo graus. A sensação que se tem ao traçar uma comparação é de um leve estado de choque.

Antes de partirmos ao momento em torno da discussão acadêmica, consideramos importante concluir este primeiro momento com um anexo de figuras que retratam a imagem do negro nos livros didáticos, para que o leitor à partir desta documentação não escrita, possa refletir e fazer sua própria leitura.

Vale ressaltar que as imagens foram retiradas de livros didáticos diversos, e não apenas dos livros eleitos para pesquisa, como as imagens exercem a função de documento não escrito, pretendi demonstrar que o tema é abordado de forma semelhante pelos autores

⁶ DANTAS, José “História do Brasil” Dos habitantes primitivos à Independência Vol. 1

didáticos em geral, e também para visualizarmos a situação marginalizada a qual os negros eram submetidos.

Os comentários sobre as ilustrações são dos próprios autores.

Imagem do negro escravo



Fig. 1- Escravo sendo açoitado em público, amarrado ao pelourinho do Rio de Janeiro.

Fig. 2 - A gargalheira era colocada no pescoço dos escravos que tentavam fugir para os quilombos.

Fig. 3 - Escravos aguardando o momento de ir para à roça.

(Fonte das figuras desta página: Maria Januária Santos - História do Brasil, 6ª série)

O negro vítima do tráfico



Os negros eram aprisionados, amarrados e muitas vezes presos ao pescoço por forquilhas e levados aos navios para serem transportados para o Brasil.

Fonte: Marlene e Silva, *História do Brasil*, 5ª série

Imagem do Negro trabalhador escravo

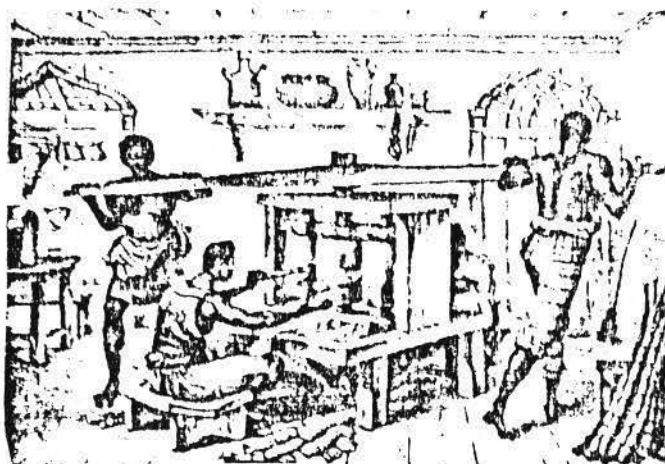


Fig 1

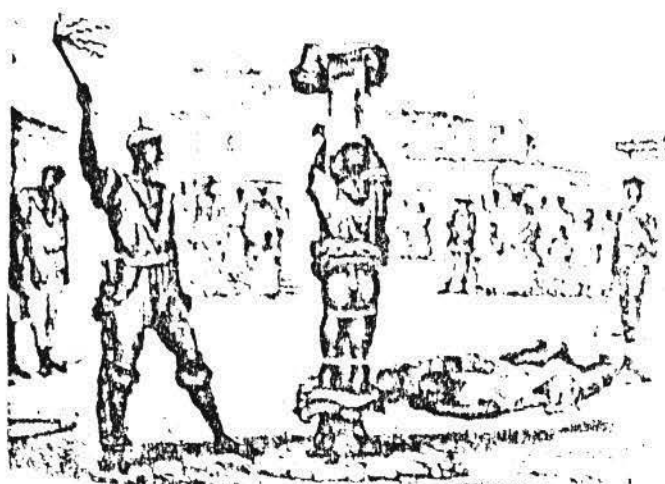


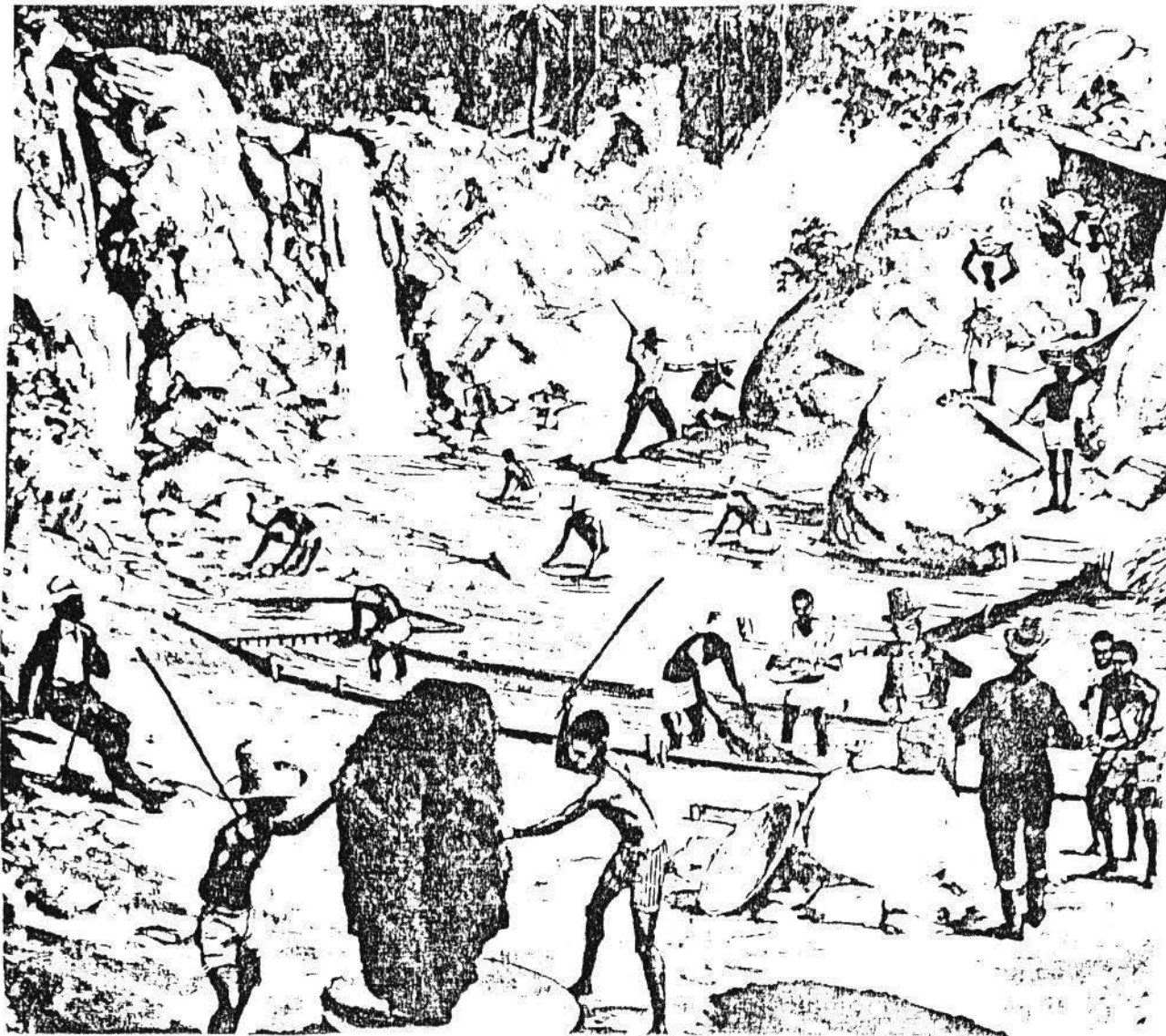
Fig 2

Fig.1- O duro trabalho nos engenhos e a má alimentação reduziam os anos de vida do negro.

Fig.2- Os violentos castigos corporais contribuía para o elevado número de mortalidade dos negros.

Fonte: José Dantas, *História do Brasil*, 5ª série

Imagem do Negro trabalhador escravo.



A exploração do ouro nas lavras exigia do negro um esforço acima de sua capacidade física.

Fonte: Francisco de Assis Silva, *História do Brasil*, 5ª série

Imagem do Negro que resiste à escravidão.



Sobre os Palmares: Quando os escravos conseguiam fugir em grupos formavam um quilombo. Os quilombos eram povoações escondidas no interior do território, aonde os brancos dificilmente conseguiam chegar.

Fonte: Maria Januária Santos, *História do Brasil*, 5ª série.

Imagem do Negro após a abolição

_ Imagem do Negro Trabalhador.



Ilustrações baseada em fotos do século XIX mostra a atividade de alguns negros após a Abolição: um barbeiro, quitandeiras e negros trabalhando junto com imigrantes nas fazendas.

Fonte: Marlene e Silva, *História do Brasil*, 6ª série.

Imagem do Negro após a abolição:

- Imagem do Negro marginalizado (imagens que chocam com as da pág. 25)



fig. 1



fig. 2

Fig.1- Além de serem marginalizados, os negros são os que mais sofrem a violência policial. Culpados ou não, são sempre tratados como suspeitos.

Fig.2- A luta dos negros contra a discriminação continua. Ela é necessária para que eles tenham na prática os mesmos direitos dos brancos.

Fonte: PILETTI, Nelson e Claudino, *História e Vida: Brasil: Da Pré História à Independência*, 5ª série.

Imagem do Negro “contribuinte” cultural

- Crenças



Através do candomblé, o negro cultuava seus deuses africanos e resistia à opressão do branco.

Fonte: José Dantas, *História do Brasil*, 5ª série.

Escravidão e produção acadêmica: uma constante revisão.

A produção historiográfica acadêmica, ao contrário da produção didática referente ao 1º e 2º graus, procura resgatar a imagem do negro enquanto pessoa, enquanto ser humano, dotado de sentimentos, de solidariedade, amarrado por laços familiares, ligado a grupos étnicos específicos com objetivos e lutas em comum. Além disso, busca ressaltar como ao longo processo histórico, o trabalhador escravo, ou seja, o negro africano ficou excluído do mercado de trabalho, embora alguns autores se queixem que suas lutas não foram devidamente evidenciadas pela historiografia, de qualquer maneira essa historiografia se apresenta muito distanciada dos níveis de primeiro e segundo graus.

Essa idéia é compartilhada por Silvia Hunold Lara, no texto “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil” e por Sidney Chalhoub, Gladys Ribeiro e Martha de R. Esteves no texto “Trabalho Escravo e Trabalho Livre na Cidade do Rio: Vivência de Libertos, “Galegos e mulheres pobres”(1870-1930).

Falar em escravidão significa ao mesmo tempo resgatar a história social do trabalho juntamente com a imagem do negro desde o período da escravidão, quando predomina a imagem pura e simples do ESCRAVO; e pós abolição (LEI ÁUREA), quando predominam ou prevalecem as imagens do NEGRO vítima de preconceito e discriminação. Imagens estas negligenciadas pelo livro didático.

Resgatar esse tema com todos os aspectos que o envolvem, como a imagem do negro, significa segundo a produção acadêmica, fazer referências à questão da exclusão do negro na história social do trabalho no Brasil, visto que neste contexto, o trabalhador

escravo não aparece. Existe escravidão como mecanismo de trabalho, onde a principal mão-de-obra, no caso o negro africano tende a ser ocultado.

No Brasil, a história social do trabalho está identificada com a história do trabalho livre (assalariado).

“A maior parte dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil costuma iniciar sua análise no final do século XIX ou mesmo nas primeiras décadas do século XX.”⁷

O que entendemos por liberdade em termos de história social do trabalho?

“Às vezes, ser livre significou poder viver longe da tutela e do teto senhorial ou poder ir e vir sem controle ou restrições; outras vezes, significou poder reconstituir laços familiares e mantê-los sem o perigo de ver um membro da família ser comercializado pelo senhor. Muitas vezes, a liberdade significou a possibilidade de não servir a mais ninguém, e, aqui, a palavra liberdade adquire dimensões econômicas, conectando-se à luta pelo acesso à terra: durante a escravidão e depois da abolição, muitos ex-escravos lutaram para manter condições de acesso à terra conquistadas durante o cativeiro. Como se pode ver, estamos bem longe de entender a liberdade como a possibilidade de vender “livremente” a força de trabalho em troca de um salário.”⁸

⁷ LARA, Silvia Hunold Lara, p. 26, *ESCRavidão, CIDADANIA E HISTORIA DO TRABALHO NO BRASIL*.

⁸ Idem 7, p.28

Partindo desse referencial de liberdade, podemos questionar o fato de ter havido uma transição ou substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre do imigrante europeu, ou seja a história social do trabalho não deve começar no período que corresponde o século XIX, ela deve ser resgatada em sua totalidade, ou seja, é preciso trazer à tona todo o processo de luta antecedente à abolição, a formação dos quilombos por exemplo, compreendem lutas constantes de trabalhadores que lutavam por melhores condições de vida e trabalho.

Por que o negro está excluído? Por que mesmo ao se falar em escravidão, não se fala do negro?

Talvez porque a historiografia, pelo menos boa parte dela, tenha preferido deixar de lado seres coisificados e “incapazes de ação autônoma”, sempre restrita e pensada à partir de um sujeito operário branco (o imigrante europeu).

Porém, os escravos sempre foram sujeitos históricos, e na história social do trabalho devem ser tomados como ponto de partida, devem ser evidenciados e não excluídos.

“Resgatar a experiência escrava e inserir a experiência negra na história social do trabalho permite desvendar os significados culturais e políticos de uma história americana cuja face muitas vezes se pretendeu ocultar. No Brasil, como nas Américas, esta atitude pode nos ajudar a compreender melhor as candentes questões da discriminação e das tensões raciais do presente. Mas isto não é tudo. O sentido da luta secular pela cidadania empreendida por homens e mulheres de pele escura que, mesmo cativos, lutaram para ser e foram sujeitos de sua própria história indica caminhos para a

reflexão e a ação de pessoas que, independentemente da cor de suas peles, vivem hoje no Brasil: um longínquo país no qual a conquista da plena cidadania permanece sendo uma questão crucial.

*Aparentemente coniventes com o espírito de Rui Barbosa, os historiadores apagaram da história social do trabalho no Brasil a nódoa da escravidão. Assim, se o escravo não foi considerado parte do universo dos trabalhadores, também o ex-escravo foi excluído. Passaram a ser vistos como uma massa de “trabalhadores” nacionais indolentes e apáticos (na visão dos teóricos do final do século XIX) ou de anômicos e desajustados à modernidade do capitalismo, despreparados para o trabalho livre devido à experiência da escravidão: “trabalhadores que não trabalharam ou então “trabalhadores” que são incapazes de trabalhar...Por isso, desapareceram, literalmente, da história”.*⁹

Neste sentido, percebemos uma coisificação do escravo negro, apoiada numa visão meramente economicista, portanto devemos ressaltar que esses negros africanos, são pessoas que tiveram suas vidas amarradas a escravidão e lutam até hoje para conquistar o direito de cidadania. São pessoas que da pior maneira possível foram arrancadas de sua terra natal, tiveram sua cultura violada, suas famílias destruídas para sentir até a atualidade o peso do preconceito e da discriminação por seu passado escravista. Vergonha não é ser negro, não é sofrer na pele, literalmente falando o peso do preconceito, vergonha é a nossa história, a história que nossas elites governamentais tentam esquecer e apagar de nossas

⁹ LARA, Silvia Hunold p.38

memórias. Foram tantos os massacres, quanto nas mesmas proporções os mecanismos de resistência dessas pessoas de pele negra.

Falar dessas pessoas cruelmente empurradas para trabalhar como escravos, ou seja mão de obra não remunerada, e submetida a péssimas condições de trabalho e vida significa além de resgata-los enquanto agentes da história social do trabalho, embora parte da historiografia insista em determinar o marco a partir do trabalho dos imigrantes, mostrar que não se entregaram passivamente, reconstituindo todo o processo de luta e organização dessas pessoas até a conquista da “liberdade” a qual em nenhum momento foi concebida por uma tal princesa Isabel, conforme sugere a história oficial impregnada de preconceitos.

É importante ressaltar, que esses negros sempre tiveram uma “liberdade” restrita, mesmo quando a conseguiam antes da declaração oficial da Lei Áurea, pois embora conseguisse através de seus esforços obter a carta de alforria, muitos libertos não tinham para onde ir, por isso permaneciam nas próprias fazendas, continuando a prestar serviços ao seu “antigo” senhor.

Os focos de resistência e as lutas para se verem livre da tutela do senhor, estavam por toda parte. Os movimentos eram constantes, e os negros se espalhavam cada vez mais pelas cidades. Para se ter uma idéia, em 1821, metade da população do Rio de Janeiro era constituída por negros.

(. . .) “o meio urbano escondia cada vez mais a condição social dos negros, dificultando a distinção entre escravos, libertos e pretos livres e diluindo paulatinamente uma política de domínio onde as redes de relações pessoais entre senhores e escravos, ou amos e criados, ou patrões e dependentes, podiam identificar prontamente as

pessoas e seus movimentos.”¹⁰

Assim ficava mais fácil para os negros camuflarem-se no meio da população em geral e passarem-se por libertos. “Adolfo Mulatinho, um negro que ocultava sua condição de cativo e que se empregava como um trabalhador assalariado, exercendo suas habilidades de cigarreiro para diferentes patrões”.¹¹

Lutas, resistências, opressões e pressões, esta é uma das mais importantes visões que podemos ter do nosso negro africano, o escravo, o ser humano de pele negra que teve sua mão-de-obra explorada e a sua pessoa humilhada.

A luta dos negros vai muito além do aspecto voltado à liberdade como prende Chalhoub em *“Trabalho Livre na Cidade do Rio: Vivência de Libertos, “Galegos” e Mulheres Pobres”*. A questão da liberdade, a luta para conquistá-la, é mais um dos fatores que incentivaram na criação de grupos de resistência, que tiveram respaldo e perpetuaram-se na história de luta dessas pessoas de pele negra como por exemplo a formação dos quilombos.

A formação desses grupos de resistência apresenta caráter que envolve todo âmbito cultural e modo de vida das pessoas que o constituem, ou seja, vai além da busca e conquista de uma “liberdade”, conforme descreve Chalhoub. Queremos dizer que as pessoas se uniam à partir de interesses que vão além da libertação das amarras do cativo, a união e a solidariedade eram impulsionadas para que pudessem viver em família e exercer a cultura que lhes pertenciam e não a que lhes era imposta pelos donos das

¹⁰ CHALHOUB, Sidney *Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio*. Os focos de resistência e a falta de limites na luta pela “liberdade”, dominavam a cidade do Rio. Numa cidade onde a população negra é bastante significativa, negros, brancos pobres e libertos acabam por se misturar.

¹¹ CHALHOUB, Sidney p. 94. Os negros da cidade, libertos ou cativos tinham a grande vantagem sobre os negros do campo de saberem um ofício. Fato que o ajudavam a ter uma profissão e assim juntar dinheiro para comprar sua alforria.

fazendas.

Silvia Lara ao resgatar a história social do trabalho à partir da mão-de-obra escrava, e não à partir dos imigrantes, como tende boa parte da historiografia, procura aprofundar-se um pouco mais na história de vida e luta dessas pessoas, resgatando-as enquanto sujeitos históricos, juntamente às suas experiências de vida acumuladas durante o período escravista.

Entender a história social do trabalho à partir do imigrante europeu, seria um insulto à memória histórica de nosso país. É importante ressaltar que ao se falar em história social do trabalho, faz-se necessário retrocedermos até o período escravista, pois aqui está o ponto de partida dos historiadores, embora nossas elites governamentais insistam em ocultar este fato, e apagá-lo da história oficial.

“O drama mais espetacular dos últimos mil anos da história humana é a deportação de dez milhões de seres humanos da beleza morena de sua terra natal para o recém-descoberto Eldorado do Oeste. Eles desceram ao Inferno e, no terceiro século ressuscitaram da morte, no maior esforço de conquista da democracia para milhões de trabalhadores que este mundo jamais viu. Foi uma tragédia que amesquinhou a da Grécia; uma convulsão na humanidade como a da Reforma e a da Revolução Francesa. Todavia somos cegos e liderados por cegos. Não percebemos nisto uma parte do nosso movimento operário, de nosso triunfo industrial, de nossa experiência religiosa.”¹²

¹² Du Bois, W. E. B. Black reconstruction in América, 1860-1880, por Silvia Lara, em “Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil.

Este comentário de Du Bois em 1934, que faz referências à experiência negra norte-americana, pode ser comparado à experiência negra no Brasil, onde a história social do trabalho apresenta todo um processo de exclusão, à partir do pressuposto que o negro é incapacitado e desordeiro, ao passo que o imigrante europeu encontra-se apto e disciplinado para o trabalho.

Somos cegos e liderados por cegos na medida em que os excluímos do processo historiográfico passivamente, aceitando que a história do trabalho inicia-se com a imigração européia, à partir da imagem do homem de pele branca, higiênico e disciplinado.

“Pesquisas assentadas em documentação referente a locais e períodos diversos têm constatado que o escravo, enquanto escravo e apesar da escravidão, não deixou de ser um sujeito histórico como outro qualquer, definido e definindo-se no bojo das relações sociais. Apesar do incômodo que esta simples constatação possa ter causado a alguns intelectuais, ela parece ser, cada vez mais, o ponto de partida (e não o de chegada) para vários pesquisadores hoje em dia.”¹³

Essas pessoas de pele negra, que vão se definindo enquanto sujeitos históricos, possuem toda uma história de luta e resistência, sustentadas por laços familiares e de linhagens, lutas e reivindicações autônomas, independentes e dotadas de especificidades em relação ao imigrante europeu, embora no século XIX negros e imigrantes dividissem o espaço fabril. Eram pessoas com modos de vida diferenciados e próprios, negros que se uniam em nome de uma solidariedade e tentativa de resgate de sua cultura deixada para

¹³ LARA, Sílvia “Escravidão, Cidadania E História do Trabalho no Brasil, p. 33, sobre a exclusão do negro na história social do trabalho.

trás, ao menos boa parte dela, desde o momento em que entraram nos navios para serem trazidos ao solo brasileiro, e transformados em seres “coisificados”, ou seja, meros instrumentos de trabalho.

*“Resgatar a experiência escrava e inserir a experiência negra na história social do trabalho permite desvendar os significados culturais e políticos de uma história americana cuja face muitas vezes se pretendeu ocultar. No Brasil, como nas Américas, esta atitude pode nos ajudar a compreender melhor as candentes questões da discriminação e das tensões raciais do presente. Mas isto não é tudo. O sentido da luta secular pela cidadania empreendida por homens e mulheres de pele escura que, mesmo cativos, lutaram para ser e foram sujeitos de sua própria história indica caminhos para a reflexão e a ação de pessoas que, independentemente da cor de suas peles, vivem hoje no Brasil: um longínquo país no qual a conquista da plena cidadania permanece sendo uma questão crucial”.*¹⁴

A exclusão e a experiência escravista, deixaram marcas, que até hoje os negros sentem literalmente na pele, tornara-se vítimas do preconceitos e da absurda idéia de que os negros são despreparados para o trabalho por causa de seu passado escravista. Além disso vivem numa constante luta pelo direito de cidadania. É importante ressaltar que as oportunidades não são iguais, e o negro para ser aceito precisa mostrar que é duas vezes melhor que o branco no desenvolvimento de seus afazeres.

¹⁴ Lara, Silvia p. 38

Mas quem é este negro que nossas elites governamentais e às vezes até a própria historiografia pretendem excluir?

Este negro, transformado em cativo, vem de tribos africanas negras que possuem sua própria cultura e modo de vida singular, visto pelos colonizadores portugueses como homens aptos à trabalhar no meio físico brasileiro, à partir do cultivo da cana-de-açúcar, resultando em três longos séculos de tráfico, iniciando-se no século XVI.

Esses negros foram arrancados de suas tribos, rompendo com todo um modo de vida, onde o tráfico fez desmoronar a cultura e o modo de vida dos negros trazidos para o Brasil.

Esses três séculos de escravidão, conforme nos lembra Katia Mattoso na obra “Ser Escravo no Brasil”, tentaram apagar o passado desses negros, transformados em mercadoria durante esse período.

“O escravo negro tornado mercadoria do século XVI ao XIX, mercadoria absolutamente indispensável ao Brasil, não vem de um continente desorganizado, sem cultura, sem tradições, sem passado. Apesar do que tenham dito ou pensado certos contemporâneos europeus ignorantes, no que tem de diferente e necessariamente inferior, o cativo africano, destinado a servir ao desenvolvimento das Américas remotas, tem personalidade e história.”¹⁵

É em nome do resgate à essas antigas estruturas da África que os negros se unem e formam os quilombos, a resistência surge à fim de manter essas estruturas de pé. A

¹⁵ MATTOSO, Kátia “Ser Escravo no Brasil”, p. 24, referente ao desmoronamento das estruturas antigas da África que o tráfico inevitável e brutalmente fez desmoronar.

entrega não era passiva, ela aconteceu de forma violenta, onde os negros eram capturados e aprisionados para serem trazidos ao Brasil.

Embora se encontrassem na condição de cativos, sua personalidade étnica jamais foi perdida e muitas formas de organizações sociais e até mesmo de resistência foram mantidas. A religião por exemplo mantém o africano em sua vida quotidiana, embora a catequização tenha sido sugerida, o culto aos orixás foi mantido, surgindo assim o sincretismo religioso.

As formas de luta e resistência podem também ser detectadas à partir da união de um escravo com uma escrava, seja em forma de matrimônio ou não, onde era comum evitar a procriação, levando as negras muitas vezes à prática do aborto para evitar que os filhos fossem submetidos à escravidão.

“Chegada a noite, porém, quando começa a soar o tantam dos tambores e dos passos da dança africana, este mesmo senhor adormece contente e tranquilo: o silêncio noturno seria mais angustiante e misterioso para ele do que o barulho desses “divertimentos” do escravo. Pois este é dono da noite; mesmo exausto pelo trabalho da jornada, pode reencontrar a grande família que é o seu grupo, refúgio tutelar no qual ele se reencontra finalmente. Essas festas com seus ritos, cantos e a gesta obscura desse povo da noite são, infelizmente, muito pouco conhecidos; festas sem arquivos, de homens sem arquivos, cujas alegrias humildes, praticadas numa verdadeira vida comunitária, mal podemos

*adivinhar.*¹⁶

Apesar de pouco conhecidos esses rituais, sem dúvida temos aqui o relato de mais uma forma de união em grupo em torno de uma resistência à cultura imposta pelos senhores de engenho.

Podemos destacar também formas de resistência bem mais radicais, no caso resistência individual como por exemplo o suicídio através da asfixia engolindo a língua, enforcamento, estrangulamento e outros. O suicídio era uma espécie de vingança devido a impossibilidade de queixar-se à justiça de maltratos recebidos, medo de ser vendido para longe, fracasso nas tentativas de fuga, etc.

Juntamente ao suicídio encontramos como formas de resistência individuais a fuga e o assassinato, este por causa dos rigorosos castigos aplicados aos negros, como por exemplo o chicote, onde os negros recebiam em torno de 200 chicotadas por castigo.

“(...) os senhores jamais se sentem em segurança e, quando se julgam ao abrigo de violências individuais ou coletivas, mesmo assim tremem de medo do veneno que pode ser administrado em pequenas doses e alguns dos quais, bem conhecidos, provocam uma astenia fatal. Quando o senhor descobre que um escravo é “feiticeiro” ou “médico”, conhece as ervas ou a magia, com freqüência apressa-se em vendê-lo tal é o seu temor ao envenenamento gradual. Sabe também que o escravo, cuja raiva contra os senhores brancos é crescente, tem sua maneira própria de

¹⁶ MATTOSO, Katia “Ser Escravo no Brasil”, p. 135 referente a solidariedade entre os grupos

*agir: são os “maus olhados”, cuja força faz adoecer e mata com a mesma eficiência de uma flecha envenenada. O branco treme diante das forças misteriosas que os africanos comandam.*¹⁷

Além das lutas individuais, podemos destacar no âmbito social a formação de grupos de resistência como os quilombos, os quais denunciavam a instabilidade do regime escravista. Os quilombos surgiram mediante o descontentamento e inadaptação dos negros na sociedade escravocrata e o seu crescimento e manutenção foram apoiados por solidariedades as quais favoreciam o seu convívio fora das sociedades.

Os quilombos nasceram espontaneamente, reunindo homens de diversas origens negras, livres ou não, desde que sujeitos a algum processo de discriminação ou injustiça.

Esses grupos, denominados quilombos, geralmente se instalavam em áreas longe das cidades e de difícil acesso, como o caso do mais conhecido dentre eles O quilombo dos Palmares, que se tornou imortal mediante a história da luta dos negros.

Há registros históricos que ao ser destruído em 1695, Palmares teria abrigado cerca de 30.000 (trinta mil) fugitivos.

Os Palmares representaram sem dúvida, um fenômeno de resistência cultural, embora abrigasse homens de diferentes “nações” africanas, resistência contra a cultura que à eles era imposta, uma verdadeira luta contra o regime escravista.

Essas organizações viviam da caça e da apanha, também do cultivo do milho e da mandioca. Aqueles que possuíam algum ofício o praticavam como forma de manter-se.

Temos nos quilombos demonstrações de sociedades verdadeiramente bem organizadas e estruturadas, caracterizadas por suas próprias ideologias e cultura alternativa,

¹⁷ Idem, p. 156-157, tratando das formas de resistência individuais.

ou seja, agrupamentos que viviam “ independente” da sociedade escravocrata, sem dúvida uma forma de renegar a condição de escravo imposta por seus senhores.

Nos quilombos, embora constituídos por nações diferentes advindas da África, os negros praticavam a religião e a cultura que foram deixadas para trás, livre dos olhos do patrão, sem a necessidade de se forjar o sincretismo.

Enfim, não tivemos uma escravidão aceita passivamente, tivemos fortes grupos de resistência coletiva, e também resistência individual que, significaram a não aceitação de sua nova condição ao desembarcar no porto após ter conseguido sobreviver à travessia do mar e às doenças que tomavam conta dos navios.

Vale ressaltar mais uma vez, o pouco conquistado por esses homens de pele negra foi oriundo de suas lutas, suas exigências, suas imposições, custando muitas vezes suas próprias vidas e enfrentando até hoje dificuldades de se imporem mediante a sociedade, devido ao seu passado escravista, pois ao se inserir no mercado de trabalho ainda hoje, o negro precisa mostrar que é duas vezes melhor que o branco, devido ao preconceito ainda impregnado na mente das pessoas que muitas vezes ainda associam a imagem do negro a escravidão, a senzala, ao senhor de engenho, etc. Porém não farei detalhamento deste fato, acabaria me perdendo, visto que o mesmo sugere uma outra pesquisa historiográfica.

Considerações finais

Ao destacarmos nas discussões anteriores o abismo que há entre a produção acadêmica e a produção em torno do 1º e 2º graus referente a imagem do negro, e é claro chamamos desta maneira o tema da escravidão nos livros didáticos, tentaremos fazer alguns apontamentos que possam permear este distanciamento entre academia e escolas secundaristas.

Temos na produção de 1º e 2º graus uma história resumida, que chega a ocultar fatos importantes dos acontecimentos históricos, no caso do tema em questão, ela encontra-se restrita à imagem do negro inserido no processo escravista, ou seja, um negro-escravo, um trabalhador não remunerado, uma coisa, uma mercadoria, um ser marginalizado e indispensável no desenvolvimento econômico durante os séculos que compreendem a escravidão. O negro só existe no processo escravista, a produção didática negligenciou as lutas, a resistência sejam elas individuais ou coletivas, como o suicídio e a formação dos quilombos, que aparecem de forma muito resumida nos livros, sem ressaltar sua verdadeira contribuição na luta pela libertação e imposição de seus direitos. Os quilombos sem dúvida representaram uma das maiores forças de expressão dos negros para dizerem _ não _ à condição que lhes foi imposta.

Já na produção acadêmica, temos o resgate do negro enquanto pessoa, inserido ou não num determinado processo escravista, o negro continua a existir mesmo após a abolição, ele não cessou a sua luta com este fato, ao contrário, ainda hoje luta contra o preconceito, contra a marginalização da sociedade que ainda vincula a imagem do negro ao seu passado escravista.

Falta de cultura, de estudo, de educação e de esclarecimento, estes sim são a grande vergonha de nossa história aqui no Brasil. Também não poderíamos esperar grande

coisa de universidades que vêm se especializando apenas em educar seres aptos para o mercado de trabalho, qualificando-os neste sentido, e por outro lado asfixiando sua capacidade de pensar e refletir de preferência criticamente.

Contudo, não pretendemos apontar o livro didático como o “vilão” da história, devemos ressaltar que o seu primeiro interlocutor é o professor, e cabe a este dialogar com o livro, usando-o apenas como um referencial e buscar documentos alternativos para os seus alunos, ou seja o professor precisa assumir-se enquanto agente histórico e exercer o papel de educador e não de reproduzidor, é necessário que haja comprometimento com o trabalho a ser desenvolvido.

O livro didático se torna o grande vilão quando falta os elementos acima ressaltados, pois qualquer um de qualquer área pode se apossar dele e transformá-lo num instrumento de conhecimento, dos fatos, é óbvio, e dos fatos conforme apresentados pelo livro, um saber desvinculado de qualquer reflexão e visão crítica, sem documentos alternativos para serem contrapostos ao livro, faz-se deste uma “verdade” não questionada.

Mas por que nós especificamente, recém-formados ao cairmos no mercado de trabalho corremos o risco de persistir nessa reprodução do livro?

Podemos enumerar alguns fatores como por exemplo a luta pela sobrevivência, traduzida na falta de um salário digno que nos obriga a assumirmos uma carga horária de trabalho além de nossa capacidade, temos aqui a necessidade imposta pelo mercado, onde fazemos do livro didático “manuais do saber”.

Como podemos superar este “vício” e estreitar os laços entre a academia e os níveis de compreendem o 1º e 2º graus?

Sugerimos a utilização de fontes alternativas de pesquisas, levando outros documentos para serem contrapostos com o livro, podemos utilizar partes de textos acadêmicos transformando-os numa linguagem compreensível pela faixa etária a qual

vamos trabalhar, orientando-os a se transformarem em “pesquisadores” e construtores da história, fazendo-os se perceberem enquanto agentes históricos.

Cabe a nós, enquanto educadores nos comprometermos politicamente com o trabalho o qual vamos desenvolver, e colocá-lo em prática com ética, quero dizer que não podemos enfrentar as salas de aula sem uma base teórica que adquirimos na universidade.

O livro deve se restringir ao papel de referencial dos fatos, a crítica e a compreensão vem da base teórica.

Sugerimos como fonte alternativa de documentação, além de fragmentos de textos acadêmicos, as imagens, ou seja fontes não escritas, o teatro, a música, a arte, etc. despertando em nossos alunos a busca do saber histórico, o interesse pela história, a capacidade de pensar, analisar e refletir criticamente, percebendo as falhas, as entrelinhas ocultas pelos livros didáticos, o conhecimento deve ser elaborado e não reproduzido.

Embora nos deparemos com a necessidade do mercado, estas fontes não exigem maiores sacrifícios de nossa parte, basta que tenhamos como já foi dito base teórica, comprometimento e ética, quem sabe assim poderemos até chegar à produção de livros didáticos melhor elaborados? Afinal, ainda não podemos abrir mão deste referencial e ainda dependemos dele no atual contexto, porém sua utilização deve ser feita de maneira bastante questionável.

O perigo do livro didático está na forma como vamos fazê-lo chegar até os nossos alunos, e não no seu conteúdo especificamente, apesar de que se fosse melhor desenvolvido muito nos ajudaria, mas ainda não podemos tomar a posição de criar nossos próprios textos e deixá-lo de lado, abrindo mão de seu uso, pois ele se torna um excelente referencial de crítica à história oficial, quando o comparamos com outros documentos históricos de linhas historiográficas distintas.

No caso do tema aqui por nós desenvolvido, poderíamos ir muito além desta visão

do negro apêndice do sistema escravista e simples mercadoria, conforme sugere a visão economicista dos livros didáticos e resgatá-lo conforme sugere a produção acadêmica enquanto seres humanos envolvidos em todo um processo de luta e resistência contra a escravidão, nesse sentido faz-se indispensável a base teórica, por isso é um crime considerar apto qualquer um para ministrar aulas de história no 1º e 2º graus, afinal se assim fosse não precisaríamos passar 5 (cinco) anos na universidade apreendendo conhecimento histórico, á fim de obtermos base para nos tornarmos capacitados, é preciso que haja uma seleção criteriosa.

É uma pena que um dos “melhores” professores de história do cursinho, hoje em Uberlândia, não tenha sequer graduação nesta área, mais do que uma pena, é o exemplo da falta de ética profissional, um sujeito que ensina a marcar X nas provas de vestibular seja desta maneira considerado. O que ele pode entender de conhecimento histórico? Qual a metodologia que ele utiliza? Em qual manual ele se apoia, nas apostilas confeccionadas pelos próprios cursinhos?

Infelizmente são alguns desta categoria que vamos nos deparar no mercado de trabalho, é com esta falta de ética que vamos disputar na luta pela sobrevivência, com o perdão da palavra, será que é por isso que ao sair da universidade acabamos nos “prostituindo” ao vender nosso conhecimento?

Por que estes se destacam, enquanto historiadores realmente comprometidos permanecem ocultos?

Os comentários acima fazem referências no que pode resultar a má administração do livro didático aliado à falta de base teórica e conhecimento histórico, não podemos nos deixar levar por fatos dessa natureza, é preciso nos conscientizarmos para reverter a situação.

Bibliografia

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. In.: **Revista Brasileira de História**. Campinas: UNICAMP, mar./ago. 1988.

_____, RIBEIRO, Gladys & ESTEVES, Martha. Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio: vivência de libertos, Galegos e Mulheres pobres. In.: **Revista Brasileira de História**. set. 1984/abr. 1985.

DANTAS, José. **História do Brasil - dos habitantes primitivos à Independência**. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil, In.: **Revista Cultura e Trabalho**, São Paulo, Proj. História, fev. 1998.

LE GOFF, Jacques. A história das mentalidades. In: **A história nova**, 1993.

MARLENE E SILVA. **História do Brasil**. São Paulo: IBEP, 1975.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

SILVA, José Maria. O livro didático que é uma droga. In.: **Jornal Opção**. Goiânia, 26 de setembro a 02 de outubro de 1999.